



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS
HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINACAO E PROMOÇÃO
DOS DIREITOS DE LGBT**

16ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT

Ata da ordem do dia 02 de Agosto de 2013

Vitória – ES

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

Ata da 16ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT

Data: 02/08/2013

1 Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e treze teve início a 16ª Reunião Ordinária do Conselho
2 Nacional de Combate à Discriminação de LGBT, sob a Coordenação do Sr. Gustavo – Presidente
3 do Conselho. Estiveram presentes os seguintes participantes: Samanta, Secretária Executiva; Carlos
4 Alberto Monteiro Alves, CMP; Maíra, Coordenação Geral de Projetos Culturais – MinC; Léo
5 Mendes, representante da Arte Gay; Kátia Souto, Ministério da Saúde; Priscilla Cavalcante
6 Grintzos, Ministério do Turismo; Iriny Lopes, Deputada Federal; Ana Rita, Senadora e Presidenta
7 da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal; Vinicius, Diretor da ABGLT; Meire Lúcia;
8 Janaína Oliveira, Vice-Presidenta; Lurdinha; Roselaine Dias, Liga Brasileira de Lésbicas; Márcio,
9 Representante da ABEH; Perly, Subsecretário de Direitos Humanos e da Assistência Social do
10 Espírito Santo; Sandra, Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Cidadania do Ministério
11 Público; Guilhermina, ABGLT; Júlio Andrés Amaro, Presidente do Conselho Municipal de Direitos
12 Humanos – Vitória/EP; Adriano Batista, Coordenador da Rede Afro LGBT do Espírito Santo;
13 Deborah Sabará, do Fórum Estadual LGBT do Espírito Santo; Wilson Sartori, do Conselho
14 Estadual Regional de Psicologia da 16ª Região; Adriana Marques, pesquisadora da UERJ;. Sandra
15 Ferreira de Souza, do Ministério Público Estadual; Gilberta Cristina de Marchi, representando a
16 Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo; Christiane Mafra,
17 representando a Secretaria de Estado da Assistência Social e Direitos Humanos, Eneida Anjos
18 Paiva, do Ministério da Saúde; Fábio Battistello, do Ministério do Trabalho e Emprego; Rosângela
19 Araújo, representando o gabinete da Deputada Iriny Lopes; Patrícia Rezek, da Secretaria Municipal
20 dos Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de Serra; Arlete Pereira, da Assessoria
21 do mandato da Senadora Ana Rita; Maria Helena Azevedo, do mandato da Deputada Federal Iriny
22 Lopes; Tiago Almeida Ferreira, da Coordenadoria da Diversidade Sexual da Prefeitura Municipal
23 de Cariacica; Fábio Veiga, da Gerência de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Cariacica.
24 **ABERTURA:** O Mediador inicia a reunião cumprimentando a todos e passa a palavra para a
25 Secretária Executiva para dar alguns informes de organização da reunião. Um participante

26 questiona se estará garantida a transcrição da ata ou se somará com as outras que estão acumuladas.
27 A Sra. Samanta (Secretária Executiva) esclarece que somará com as outras e que a expectativa é
28 que o TR nessa semana seja assinado para até o final do mês de agosto consiga todas as
29 gravações de todas as reuniões. Informa que pretendiam iniciar a reunião mais cedo, para dar o
30 intervalo de almoço de 12h as 13h e terminar a reunião as 15h30 com um *coffee break* para os
31 participantes seguirem para o aeroporto, mas como não foi possível, solicita que todos façam um
32 esforço para cumprir com o horário de 15h30. O Mediador arrazoa que pauta é composta por:
33 abertura; informes da Mesa Diretora das Conselheiras dos Conselheiros; análise da conjuntura
34 reforma política; informes da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos GLGBT; apresentações
35 das Câmaras Técnicas; e encaminhamentos finais. Pondera que acrescentaria no item dois uma
36 breve apresentação na parte da manhã do Ministério da Cultura sobre o Comitê sobre Cultura
37 LGBT e indaga sobre a opinião dos Conselheiros sobre a inclusão do item. O Sr. Carlos Alberto
38 Monteiro Alves (CMP) propõe uma inversão de pauta, ouvindo primeiro as Câmaras Técnicas e em
39 sequência o debate da reforma política. O Mediador elucida que discorda, por prejudicar a
40 apresentação da convidada e que insere por último os informes da Coordenação. Após os
41 Conselheiros concordarem com as sugestões, o Mediador segue para os informes dos Conselheiros.
42 A Sra. Maíra (Coordenação Geral de Projetos Culturais – MinC) cumprimenta a todos e relata que
43 veio em nome do Ministério da Cultura, a pedido do seu Coordenador Geral, Sr. Pedro Domingues
44 da Coordenação Geral de Projetos Culturais, para dar os informes acerca do Comitê Técnico.
45 Comunica que está havendo uma conversa junta a Representação Regional do Ministério da Cultura
46 no Rio de Janeiro, com o Sr. Marcelo Veloso sobre contemplar uma Conferência Livre LGBT para
47 subsidiar a III Conferência em outubro e que o Coordenador solicita a ajuda dos Conselheiros para
48 selecionar nomes de representantes para serem convidados para a Conferência para enriquecer o
49 evento. Ilustra que os trabalhos do Comitê vão dar início junto a Conferência. O Sr. Léo Mendes
50 (Arte Gay) notifica que será realizado no dia 17 de agosto de 2013 em Natal, o II Encontro da Arte
51 Gay Jovem e no dia 18 ao dia 21 o II Encontro Nacional da Arte Gay, em que o tema é Democracia
52 do Estado Laico. Esclarece que o Encontro Nacional da Arte Gay é um evento aberto a ativistas
53 gays de todo o Brasil e também a gestores de políticas LGBTs ou de políticas correlatas a AIDS e a
54 saúde, e convida todos para participarem. A Sra. Kátia Maria Barreto Souto cumprimenta a todos e
55 se desculpa pela ausência de ontem. Informa que a Portaria do processo transexualizador está
56 suspensa para que possa elaborar os protocolos clínicos necessários a condução da mesma para

57 constituir um processo participativo. Compreende que é importante o Conselho continue presente,
58 acompanhando o processo de construção dos protocolos. Articula que todos os processos estão
59 sendo levados para dentro do espaço do controle social e que espera continuar como o apoio do
60 Conselho e de uma representação dentro do grupo. Entende que seria interessante que a Sra. Keila
61 continuasse no grupo como convidada, pois está desde 2012, no início do processo. Comunica que
62 terão a reunião do Comitê dia 19 e 20 de agosto para compartilhar com o Comitê Nacional os
63 passos que estão sendo dados, e que está sendo iniciado o curso de formação de lideranças LGBT
64 Nacional com 25 lideranças nacionais e que o módulo EAD, o módulo da política de saúde LGBT
65 para todos os profissionais de saúde, estará na rua até novembro. O Mediador explana que a questão
66 da Portaria do Ministério da Saúde, a Conselheira Keila Simpson teve que sair pela questão de
67 alguns problemas que teve, mas deixou uma proposta de Nota Pública para o Conselho apreciar,
68 que pode ser apreciada junto com a questão do Ministério da Cultura e também com as
69 representações no Comitê Técnico de Saúde Integral, pois o Conselho tem que substituir a
70 Conselheira e no Comitê de Tráfico de Pessoas, do Ministério da Justiça. O Sr. Carlos Alberto
71 Monteiro Alves corrobora que a CMP participou de um Fórum Internacional na cidade de Lins, no
72 interior de São Paulo, nos dias 23 e 27 de julho, em que foi organizada uma mesa sobre a questão
73 dos Direitos Humanos LGBT. Pondera que foram feitos muitos contatos em nível de América
74 Latina sobre outras redes de comunicação, de educação e de cultura e que pode enviar para a Sra.
75 Samanta e para o Sr. Gustavo para divulgar as resoluções do FRIPOP, que foi um Fórum de
76 Educação e Cultura. Informa que estão organizando na cidade de Maricá, do dia 07 de agosto ao dia
77 20 de setembro, o mês da diversidade lésbica, onde serão realizado um mês de inteiro de atividades,
78 debates, filmes, e ações políticas em defesa dos Direitos das Mulheres Lésbicas. Solicita que o
79 Conselho debatesse uma Resolução e uma discussão política com o Ministério das Relações
80 Exteriores, sobre a questão do movimento LGBT na Rússia que está sofrendo uma grande
81 repressão. Deixa registrado em nome da CMPE, a preocupação diante de tantos reverses e
82 vacilações, com relação a política sobre a população Trans. A Sra. Priscilla Cavalcante Grinzos
83 (Ministério do Turismo) cumprimenta a todos e comunica que o Ministério do Turismo a partir do
84 primeiro semestre de 2014, vai realizar um Seminário de sensibilização nos 27 Estados do país,
85 iniciando por duas cidades sedes da Copa para sensibilizar os pontos turísticos, de como atender os
86 vários públicos, inclusive o público LGBT. Arrazoa que estão em fase de construção das cartilhas
87 de sensibilização que serão distribuídas pela rede hoteleira, bares, restaurantes e atrativos turísticos,

88 e que enviará para o Conselho para que os Conselheiros possam contribuir. O Mediador interrompe
89 o ponto de pauta, para a apresentação sobre a reforma política da convidada a Deputada Iriny
90 Lopes. A Sra. Iriny Lopes (Deputada Federal) cumprimenta a todos e agradece pelo convite.
91 Articula que estão vivendo em um momento bastante delicado da conjuntura internacional e
92 nacional, por existir um desgaste e um ciclo vencido de método de representação política no Brasil
93 que está diretamente ligado a métodos de escolha, funcionamento dos processos eleitorais,
94 financiamento, caracterização de representação, e uma exigência tardia de combinação da política
95 representativa com a democracia direta, com iniciativas dos próprios setores organizados da
96 sociedade. Explana que possui 18 anos que a Câmara Federal debate um projeto de reforma política,
97 sem conseguir votar e que no início do ano de 2013 tentaram mais uma vez votar a reforma política,
98 que foi um projeto construído pelo Deputado Henrique Fontana, como Relator da Comissão
99 Especial de Reforma Política da Câmara Federal, que não teve nem condições de colocar o relatório
100 para votar, devido um pensamento bastante conservador que não permite nenhuma mudança.
101 Comenta que o tema volta a pauta devido as manifestações sociais ocorridas a partir do mês de
102 junho que deixaram claro a insatisfação da população com o nível de representação que existe, mas
103 volta também de maneira bastante polêmica, devido a Presidenta da República ter proposto uma
104 Constituinte que pudesse mudar a Constituição, debatendo um novo modelo político para o país. As
105 forças de direita, imediatamente, derrubaram essa proposta, e a segunda proposta sobre o plebiscito
106 não conseguir andar dentro da Câmara Federal, porque é necessário 171 assinaturas para tramitar
107 um Decreto Legislativo que estabeleça o mesmo, não fugindo a regra dos últimos anos. Relata que
108 possuem uma proposta de cinco questões para o plebiscito a serem submetidas a população que
109 daria condições de produzir um projeto de reforma política que são: se a população aceita ou não a
110 continuidade das empresas privadas financiarem as campanhas, em que o Partido dos Trabalhadores
111 defende o financiamento público; qual o sistema eleitoral mais correto, sistema majoritário ou
112 proporcional, em que o Partido defende o voto proporcional; a questão da Coligação Proporcional,
113 em que os Trabalhadores defendem há muitos anos para acabar com as coligações; se a população
114 concorda que o parlamentar deve perder o mandato quando deixar o partido que o elegeu, em que
115 Partido dos Trabalhadores defende que deve perder o mandato para acabar com os partidos de
116 aluguel; e se a população concorda que possa recolher assinaturas por meio eletrônico para
117 apresentar os Projetos de Leis; em que o PT defende o recolhimento de assinaturas. Ressalta que no
118 conjunto de reforma política apresentou e defendeu a questão da democracia direta através de

119 consultas populares a obrigatoriedade de referendos para determinados pontos para confirmar se
120 aquilo que os parlamentares fizeram estão de acordo com o interesse da população. Compreende
121 que podem conquistar várias coisas, pois existe um ambiente de questionamento e de mobilização,
122 propício a mudanças, mas nesse mesmo ambiente está propício a uma disputa direta, de subverão de
123 valores e de redução de direitos, que apenas resta tentar construir a unidade possível capaz de
124 mobilizar as opiniões. Entende que se tiverem disposição de construir uma grande frente nacional
125 em defesa da reforma política, conseguirão fazer com que isso ocorra e afirma que não tem ilusão
126 alguma que consigam alguma modificação para as eleições de 2014. O Mediador agradece a
127 apresentação da Deputada e justifica que haviam recebido a confirmação da OAB do Espírito Santo
128 que estaria presente na Mesa, mas até o momento não chegou. Notifica que estão recebendo a visita
129 da Senadora Ana Rita, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, onde está
130 tramitando o PLC122 que foi peça fundamental na articulação para a construção dentro do
131 Conselho. A Sra. Ana Rita (Senadora - Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do Senado
132 Federal) cumprimenta a todos e cumprimenta o Sr. Gustavo da Secretaria Nacional de Direitos
133 Humanos pelo o seu trabalho e pela sua capacidade de desenvolver as políticas dentro do
134 Ministério. Reafirma o compromisso com a luta da população LGBT e compreende que possuem
135 um ambiente muito mais favorável para discutir e aprovar o PLC122 no Congresso Nacional.
136 Pondera que foi aprovado o Projeto de Lei da Iara Bernardes que assegura tratamento preferencial,
137 emergencial para as pessoas vítimas de estupro e que a Presidenta Dilma deverá sancionar na
138 próxima segunda, as 15h, o Estatuto da Juventude. Agradece ao Sr. Gustavo pela oportunidade e
139 deseja a todos uma boa reunião. O Mediador abre a palavra para as manifestações dos Conselheiros
140 e o Sr. Léo Mendes parabeniza a Deputa, a Senadora e as mulheres que estão no poder e intui que
141 admitir um ataque a uma mulher é admitir, também, um ataque aos homens. Explana que a área da
142 comunidade LGBT sempre esteve distante das decisões políticas e que a Presidenta demonstrou está
143 aberta a novas possibilidades. Compreende que precisam centralizar o movimento dos
144 parlamentares de esquerda para aprovação de uma lei que criminalize o preconceito para
145 reestabelecer uma lógica para que nenhum brasileiro seja discriminado. Manifesta o seu apoio ao
146 PLC122 e ao plebiscito. O Sr. Vinicius (Diretor – ABGLT) cumprimenta a todos e parabeniza a
147 Senadora Ana Rita, pois também compõe o Conselho Nacional de Juventude e analisou o quanto o
148 mandato da Senadora foi fundamental para a aprovação desse instrumento, que será o segundo
149 instrumento legal que afirma direitos para a população LGBT sem ser necessariamente um

150 instrumento direto. Percebe que sobre a reforma política, devem debater sobre intensificações das
151 mobilizações para reforçá-los como os movimentos LGBT, as paradas, a manifestação Abril
152 Vermelho do MST, o Março Mulher dos movimentos feministas, o Novembro Negro dos
153 movimentos negros. Com relação ao financiamento público de campanha, intui que está mais que
154 colocado que não vão conseguir garantir uma democracia verdadeiramente representativa enquanto
155 o capital financeiro for o centro definidor da representatividade nas Câmaras, nas Assembleias e no
156 Congresso Nacional. Crê que é necessário tirar como posição do Conselho, o apoio total e irrestrito
157 ao plebiscito que possibilitará consultar temas que jamais serão debatidos pela Casa e se dispõe a
158 ajudar a redigir uma Moção sobre a reforma política do Conselho. O Sr. Carlos Alves compreende
159 que o debate trazido pela Deputa e pela Senadora deve ser engajado pelo movimento LGBT e que
160 devem superar o sectarismo. Comenta que apoia a questão da reforma política e junto o fim das
161 políticas militares, havendo uma democratização das comunicações em um novo Marco
162 Regulatório. A Sra. Kátia Souto entende que apesar da composição do Congresso, a bancada
163 feminina tem na sua grande maioria, mulheres de trajetórias do campo social e que em 2014 possa
164 ser ampliado ainda mais. Compreende que o Conselho poderia no final da reunião retirar uma
165 Moção de apoio ao Plebiscito, que precisam avançar na democratização dos meios de comunicações
166 e que é necessária que haja a discussão da participação feminina e também dos setores que sofrem
167 preconceito dentro da sociedade, tanto no Executivo, quanto no Parlamento. A Sra. Meire Lúcia
168 cumprimenta a todos e agradece pelas contribuições que foram feitas. Reforça que é muito
169 importante o debate da reforma política acrescentando na análise a questões sobre o modelo de
170 desenvolvimento existente no país. Outra questão que entende ser importante pensando como
171 sociedade civil, é o papel das manifestações pluralizando os movimentos sociais. Manifesta a
172 necessidade pela aprovação urgente do PLC122 e também a indignação e profunda tristeza pelo
173 recuo do Ministério da Saúde em relação ao processo de transexualizador. A Sra. Janaína Oliveira
174 (Vice-Presidenta) cumprimenta a todos e compreende que os debates importantes que estão no
175 cenário, são necessários e fundamentais para a manutenção da democracia brasileira e que o
176 Estatuto é um avanço, mas está muito aquém dos interesses da juventude negra de seguridade de
177 vida e de direito a dignidade, sendo que a prova esta nos próprios indicadores de violência do
178 Governo Federal da população LGBT. Pondera que precisa convencer a população a entender quais
179 são os projetos políticos de hoje colocados na Mesa e que é preciso olhar com carinho a juventude
180 negra, os gays, lésbicas, travestis e transexuais para avançar no Estatuto. A Sra. Lurdinha

181 (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência) cumprimenta aos presentes e parabeniza a
182 Deputa e a Senadora por terem sido grandes guerreiras e parcerias na causa, em especial, dos
183 direitos das mulheres no Congresso Nacional. Intui que eleger Deputados e Deputadas para ter uma
184 discussão exclusiva sobre a reforma do sistema político seria um ganho muito grande para o país.
185 Ressalta que a proposta que defende a paridade, interessa as mulheres e informa que houve o
186 lançamento de uma publicação de uma pesquisa do IBOPE com o Instituto Patrícia Galvão que
187 aconteceu na SPM, que aponta que 71% da população brasileira espera que a partir da reforma
188 política que poderá garantir mais mulheres nos espaços de poder. A Sra. Roselaine Dias (Liga
189 Brasileira de Lésbicas) relata que no Rio do Sul conseguiram, pela articulação enquanto
190 movimento, especificar as questões enquanto mulheres lésbicas e bissexuais, trabalhando com
191 outras militantes para que nas outras regiões ocorresse e que no diálogo com a Presidenta com as
192 representantes da Marcha das Vadias que estavam na reunião da juventude, estavam muito
193 preocupados com a discussão do feminicídio. Articula que na II Conferência houve uma
194 observadora que relatou a forma como retirou uma menina do espaço do tráfico no Rio de Janeiro
195 que foi estuprada cotidianamente por ter manifestado uma expressão diferente de orientação sexual.
196 Solicita a Senadora que no relatório final consiga configurar a violência que sofrem as mulheres
197 lésbicas, bissexuais e transexuais no Brasil. O Mediador agradece a presença dos parlamentares e
198 arrazoza aos convidados que presentearam com duas grandes parlamentares que são referências para
199 o Conselho e também para o movimento LGBT do Brasil dentro do Congresso Nacional. A Sra.
200 Iriny Lopes comenta que assumir determinados posturas que não são digeridos pela sociedade são
201 dificuldades que serão encontradas quando se faz uma opção política e que acredita que a
202 Presidenta Dilma será reeleita e que deverá ser feita uma revolução institucionalista. Defende que é
203 necessário modificar a questão do controle social da mídia para mudar as regras de escolhas e
204 elucida que estão muito defasados do ponto de vista da acumulação para fazer mudanças, por isso é
205 preciso construir alianças para mudar a correlação das forças. Compreende que está um pouco cedo
206 para ter uma compreensão da profundidade das mudanças que as mobilizações de junho e julho
207 trouxeram, tanto nos aspectos positivos, quanto nos negativos e que o debate é muito importante.
208 Despede-se de todos e pondera que guardará cada um dos presentes com muito carinho no seu
209 coração. A Sra. Ana Rita discorre que os trabalhos da CPMI da Violência Contra a Mulher foram
210 concluídos e está na fase de entrega para as autoridades e destaca que também serão entregues para
211 alguns Estados, para todos os Governadores, Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados e

212 para todos os movimentos de mulheres que participaram do processo da CPMI. Com relação a
213 violência sexual, articula que apresentaram 13 Projetos de Leis e um que criminaliza o feminicídio,
214 também estão propondo 73 recomendações para todos os órgãos federais e para os Estados que
215 também será uma mudança significativa no enfrentamento a violência contra mulheres. Discorre
216 que tiveram o cuidado de apresentar um projeto de resolução criando uma comissão permanente por
217 três legislaturas mista por um período de 12 anos para monitorar as recomendações que estão sendo
218 feitas e que em agosto, estarão no Rio Grande do Sul fazendo a entrega do relatório. Com relação ao
219 PLC122 entende que é importante pensar em uma estratégia para que seja aprovado mais rápido
220 possível e sobre a reforma política, afirma que lhe contempla bastante a fala da Deputada. Ressalta
221 que a Presidenta Dilma foi muito corajosa em propor um Plebiscito e que é um desafio que todos
222 tem pela frente e que os partidos políticos precisam enfrentar com muita disposição, em particular,
223 os partidos de esquerda. O Mediador explana que semana que vem conversarão sobre a estratégia
224 do PLC e se houver necessidade farão uma Audiência Pública para apresentação dos dados de
225 violência homofóbica. A Sra. Ana Rita agradece a todos e deseja uma boa reunião. O Mediador cita
226 a presença da Sra. Deborah Sabará, do Fórum Estadual LGBT do Espírito Santo; do Sr. Wilson
227 Sartori, do Conselho Estadual Regional de Psicologia da 16ª Região; da Sra. Adriana Marques,
228 pesquisadora da UERJ; da Sra. Sandra Ferreira de Souza, do Ministério Público Estadual; da Sra.
229 Gilberta Cristina de Marchi, representando a Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia
230 Legislativa do Espírito Santo; da Sra. Christiane Mafra, representando a Secretaria de Estado da
231 Assistência Social e Direitos Humanos, da Sra. Eneida Anjos Paiva, do Ministério da Saúde; do Sr.
232 Fábio Battistello, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Sra. Rosângela Araújo, representando o
233 gabinete da Deputada Iriny Lopes; da Sra. Patrícia Rezek, da Secretaria Municipal dos Direitos
234 Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de Vitória; da Sra. Arlete Pereira, da Assessoria do
235 mandato da Senadora Ana Rita; da Sra. Maria Helena Azevedo, do mandato da Deputada Federal
236 Iriny Lopes; do Sr. Tiago Almeida Ferreira, da Coordenadoria da Diversidade Sexual da Prefeitura
237 Municipal de Cariacica; do Sr. Fábio Veiga, da Gerência de Direitos Humanos da Prefeitura
238 Municipal de Cariacica. O Mediador reinicia novamente os informes dos Conselheiros e o Sra.
239 Meire Lúcia informa que em setembro o conjunto CFESS-CRESS se organizará do ponto de vista
240 de retirar sua agenda política anualmente no Encontro Nacional CFESS-CRESS que será em Recife
241 que antecede o Encontro Nacional de Comunicação de 2013. Relata que na pauta terá a discussão
242 sobre a forma com que os meios de comunicações estão se posicionando e também terá uma Mesa

243 sobre o combate a linguagem sexista, racista e homofóbica no âmbito das produções do próprio
244 conjunto. Comunica que os Assistentes Sociais possuem um congresso que acontece a cada três
245 anos, que é o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que acontecerá em Águas de Lindóia,
246 São Paulo. O Sr. Vinícius informa que houve uma reunião em Brasília para tratar sobre o Fórum
247 Mundial de Direitos Humanos, que está sendo organizado pelas organizações de direitos humanos e
248 pela própria SDH, com data prevista para 10 a 13 de dezembro. Explana que ficou como temática
249 central “Direito a ter direitos, diálogos e respeito às diferenças” e compreende que é uma proposta
250 fundamenta do CNCD não apenas de apoio, mas também de participar como organizador. O
251 Mediador lembra que no Fórum Mundial de Direitos Humanos possui atividades autogestionadas
252 que podem ser inscritas e o Sr. Márcio (ABEH) cumprimenta a todos e notifica que a Universidade
253 Federal do Rio Grande Sul definiu o nome social para travestis e transexuais para estudantes e para
254 servidores. Entende que seria interessante por parte do Conselho, elaborar uma Moção em louvor as
255 universidades federais que adotam o nome social. Informa que está havendo eleição para a
256 ANDIFES, que é a Associação Nacional de Dirigentes de Instituição de Ensino Superior, no Estado
257 do Pará, na UFPA e que em maio de 2014 será realizado o Congresso da ABEH, Associação
258 Brasileira de Estudos da Homocultura, na cidade do Rio Grande que abordará o tema “Práticas,
259 pedagogias e políticas públicas”. O Sr. Carlos Alves em nome da CMP, manifesta a sua estranheza
260 diante da falta de comunicação do Fórum Mundial de Direitos Humanos, já que estão em um espaço
261 da Secretaria de Direitos Humanos e entende que deve ter equidade no relacionamento da Secretaria
262 de Direitos Humanos com as entidades e com os Conselhos relacionados na SDH. O Presidente
263 saúda a presença do Subsecretário de Direitos Humanos e Assistência Social do Estado do Espírito
264 Santo, Sr. Perly. O Sr. Perly (Subsecretário de Direitos Humanos e Assistência Social do Estado do
265 Espírito Santo) cumprimenta todos os Conselheiros e ressalta o seu orgulho de está presente nessa
266 reunião. Intui que possuem o princípio para democratização do país que inclua todas as pessoas e
267 que a população LGBT tem uma missão profética, porque tem que quebrar muitos tabus. O
268 Mediador relata que estão presentes hoje no Espírito Santo graças ao trabalho desbravador na
269 Secretaria de Direitos Humanos na temática LGBT e agradece pela acolhida, passando a palavra
270 para uma convidada. O Sr. Léo Mendes ilustra que foi convidado porque o Governo Federal estava
271 fazendo uma reunião com os representantes de Conselhos para discutir a questão do PPA, em que
272 teve o objetivo de anunciar o que Governo Federal, diante dos ataques que todas as minorias sociais
273 que sofre com direitos humanos, está sofrendo. Relata que é importante que a CMP e todas as

274 instituições estejam presentes para defender que os direitos humanos ainda seja o princípio
275 fundamental da vida no país A Sra. Sandra (Promotora de Justiça – Coordenadora do Centro de
276 Cidadania do Ministério Público) cumprimenta a todos e articula que é uma satisfação está
277 participando da reunião e que enquanto Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio
278 da Cidadania do Ministério Público, tem acompanhado a luta a algum tempo do segmento LGBT.
279 Comenta que no Espírito Santo houve uma onda de violência muito forte e estabeleceram realizar
280 um levantamento para terem as estatísticas da violência praticada contra *gays*, lésbicas, transexuais
281 no Estado, em que foi analisado que não havia esses dados, devido as ocorrências não registrarem a
282 motivação para que se caracterize homofobia. A partir desse momento, foi estabelecido um diálogo
283 com o chefe da polícia civil para tentar descobrir esses índices para sensibilizar outros órgãos da
284 importância do tema. Informa que foi criada no âmbito do Espírito Santo uma comissão de direitos
285 da diversidade sexual para trabalhar as questões de promover a implementação de políticas junto
286 aos demais órgãos, e que dia 20 a 23 de março 2014 o Ministério Público realizará no Estado um
287 grande Fórum Internacional de Direitos Humanos. A Conselheira Roselaine Dias comunica que
288 cinco companheiras militantes lésbicas vão apresentar um trabalho no Seminário Fazendo Gênero,
289 em Santa Catarina e convida a todos para receber a sua apresentação sobre a constituição do sujeito
290 político e também convida para a Marcha Lésbica em Porto Alegre no dia 29. A Sra. Meira Lúcia
291 notifica que o Conselho Federal de Serviço Social em 2006, lançou uma campanha nacional, “O
292 amor fala todas as línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito” que resultou na
293 Resolução 489 que garante ao Assistente Social um atendimento sem discriminação por orientação
294 sexual e a Resolução 615 de 2011 que garante o uso do nome social por Assistentes Sociais
295 travestis ou transexuais masculinos ou femininos no exercício do seu trabalho profissional. Informa
296 que o CFESS também estará presente no Fazendo Gênero, socializando o acúmulo que o conjunto
297 CFESS-CRESS vem fazendo, tanto na luta pela legalização e descriminalização do aborto, como
298 também na luta sobre a diversidade sexual como na livre identidade de gênero. A Sra. Lurdinha
299 relata que conversou com a Senadora Ana Rita, em função de uma denúncia que chegou à Câmara
300 Técnica de Monitoramento a violência contra a mulher, em que em função da superlotação do
301 presídio masculino, as mulheres presas foram desalojadas do presídio feminino para abrir vagas
302 para os presos do presídio masculino. Solicita o apoio de todos para que essa situação seja resolvida
303 mais rápido possível. Comunica que a SPM realizou uma oficina com gestoras estaduais de
304 políticas para as mulheres e que possuem um trabalho com a questão da diversidade, em especial, a

305 diversidade LGBT, em que foi diagnosticada entre os encaminhamentos a necessidade de fortalecer
306 a rede de atendimento a mulheres vítimas de violência e a construção da Rede Nacional de
307 atendimento a população LGBT. A Sra. Guilhermina (ABGLT) cumprimenta os Conselheiros e
308 informa que terão em Santa Catarina uma Audiência Pública para a criação do Conselho Estadual
309 LGBT e formaliza o convite a SDH para apresentação do Conselho e das metodologias de criação
310 de Conselho, do fluxo do Disque 100 e apresentação do Sistema Nacional, e que terão no dia 08 de
311 setembro a Parada da Diversidade em Santa Catarina. A Sra. Kátia Souto notifica que conseguiram
312 fazer um número especial sobre a questão do direito LGBT na revista Radis, que estão fechando
313 com a Revista Saúde da Família um capítulo apenas sobre as experiências de saúde para a
314 população LGBT e um capítulo no caderno da Saúde do Homem sobre homens gays e trans, que
315 serão distribuídos para os profissionais de saúde. Sugere ter um calendário de atividades com as
316 programações de todos os eventos para a divulgação e criar um grupo de que pudesse construir uma
317 programação. O Presidente explica que cada entidade que faz parte do Comitê Organizador do
318 Fórum pode apresentar até três atividades autogestionadas, atividades construídas pela entidade ou
319 em parceria com as outras entidades que podem ser sobre os direitos humanos em geral, atividades
320 culturais em direitos humanos e agendas como uso do movimento. O Sr. Vinicius complementa que
321 existe uma agenda interessante para participar que são os lançamentos regionais, em que o primeiro
322 acontecerá na Bahia e pondera que enviou a apresentação que a SDH realizou na reunião do Fórum
323 para compartilhar com todos os Conselheiros. O Coordenador explana que precisam encaminhar
324 algumas questões que ficaram pendentes que são a notas públicas sobre a questão da reforma
325 política e sobre a questão da Portaria do Ministério da Saúde. Solicita aos Conselheiros da
326 Sociedade Civil que discutam as três representações que possuem em aberto. O Sr. Vinicius propõe
327 em relação as Notas, a Nota com relação a questão do Ministério da Saúde e da Portaria, fosse
328 aprovada pelo sistema de *e-mail* que foi usado para aprovar outras Notas e algumas Moções de
329 emergência. A Sra. Meire Lúcia complementa a proposta sugerindo que duas pessoas fiquem
330 responsáveis por cada Nota para depois enviar para todos os Conselheiros. O Presidente
331 compreende que o encaminhamento está bom e que devem discutir pelo menos a Nota da Portaria.
332 Os Conselheiros concordam em fechar apenas a Nota com relação a Portaria e as outras serem
333 fechadas por *e-mail*. Uma participante reforça que os Conselheiros precisam fazer *check out* dos
334 quartos e do almoço para registrar na Casa Civil e discorre que o Ministério da Previdência Social,
335 o MTE, o MEC e o representante da CSP justificaram a ausência na reunião. Notifica que o

336 representante da CSP solicitou para dar um informe sobre a Nota Técnica do CSP que está
337 orientando a ética e tecnicamente os psicólogos a respeito do processo de transexualizador, que está
338 em consulta pública do *site* do Conselho Federal de Psicologia até o final do mês de agosto e que
339 sugeriu a elaboração de uma Nota em apoio ao ativista Sr. Tony Reis que está sofrendo algumas
340 ameaças e processos apresentados pelo Sr. Silas Malafaia. A Sra. Lurdinha consulta ao Conselho se
341 concordam em ter uma Nota Técnica em louvor à Presidenta Dilma pela sanção da Lei 003, em
342 função de que a violência sexual e estupro contra as mulheres atinge a todas as mulheres na sua
343 diversidade. O Coordenador compreende que a Moção de Apoio à Câmara de Vereadores de Passo
344 Fundo, que por unanimidade, realizou uma Moção de Apoio ao PLC122 ficaram para até sexta-feira
345 para que todos aprovelem e que seja publicada. Após o almoço, o Presidente explana que a
346 representante da Prefeitura da Serra deixou dois brindes para sortear entre os Conselheiros. O
347 sorteio é realizado e o Mediador segue para a indicação do titular e suplente para o Comitê Nacional
348 de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, biênio 2013 e 2015. Uma participante pondera que
349 indicaram uma representante lésbica a Sra. Guilhermina e elucida que os transexuais ficaram depois
350 de decidirem o outro representante, fazendo a rotatividade dependendo do tema. Os participantes
351 concordam com a sugestão e o Coordenador segue para a definição do representante do Conselho
352 para grupo de especialistas que vão colaborar com a construção dos protocolos da Portaria, do
353 processo transexualizador. Uma participante sugere que seja o Sr. Gil para compor o grupo por ser
354 um transexual masculino. A Sra. Meire Lúcia registra a importância do Conselho Federal do
355 Serviço Social compor o grupo de especialistas, inclusive na perspectiva da sintonia do que está
356 sendo acumulado no conjunto da CFESS e na CRESS de várias deliberações de apoio pela
357 despatologização das identidades transexuais. A Sra. Kátia Souto solicita que a Sra. Meire Lúcia
358 encaminhe até segunda-feira para poder submeter ao conjunto e a Sra. Rose (Conselho do Serviço
359 Social – LBL) entende que seria importante o Conselho fazer um ofício comunicando a necessidade
360 da CFESS está compondo a gestão, com a compreensão que existe uma tarefa cotidiana do Serviço
361 Social junto com a população. O Presidente arrazoa que orientará o Conselheiro que estará
362 representando para que defenda internamente a posição do CFESS e segue para a indicação dos
363 cinco nomes para a Conferência de Cultura, e um nome para substituir o Sr. Leandro Colling no
364 Comitê Nacional sobre Cultura da LGBT. Uma participante informa que a ABEH solicitou
365 permanência no espaço do Comitê. O Sr. Léo pondera que a ABEH tem o entendimento que
366 representa o Conselho dentro do Comitê e que por sua vez deve satisfação como os próprios filiados

367 a instituição. O Sr. Vinicius Alves explica que definiram a ABEH na última reunião do Conselho,
368 porque há um acúmulo do ponto de vista da discussão técnica da cultura LGBT. Um Conselheiro
369 articula que as pessoas precisam aprender a se institucionalizar quando estiverem em eventos e
370 outro Conselheiro entende que podem aprofundar essa discussão em outro momento da discussão
371 do Conselho sobre o funcionamento do Conselho e segue para o próximo ponto que são os cinco
372 nomes do Ministério da Cultura para participar da Conferência da Cultura. Uma Conselheira sugere
373 construir critérios para decidir os nomes dos representantes na Conferência, dando três
374 representações para a sociedade civil e duas para o governo. Com relação ao impasse em relação ao
375 Comitê, o Sr. Márcio (ABEH) informa que acabou de falar pelo telefone com o Presidente da ABEH
376 e tomaram a decisão que a ABEH apresenta o seu nome para representar o Conselho no Comitê de
377 Cultura. Os Conselheiros debatem sobre a questão da escolha dos nomes e o Coordenador decide
378 aguardar a formalização por parte do MinC para que socialize por *e-mail* para todos os Conselheiros
379 e discuta até a ampliação do número de pessoas. A Sra. Rosilaine sugere que o Conselho não espere
380 a formalização do MinC e que faça com a Conselheira Samanta pois já estava com os documentos
381 em mãos. Uma Conselheira sugere indicar cinco representantes da Sociedade Civil, em ordem dos
382 três primeiros, pois se houve outra forma de participação dos representantes do Governo a tendência
383 é abrir mão das vagas. A Sra. Lurdinha discorre que o tema da III Conferência Nacional de Cultura
384 é: “Uma política de Estado para a cultura, desafios do Sistema Nacional de Cultura.”, tem como
385 foco a instituição do Sistema Nacional de Cultura. A etapa municipal e intermunicipal será no dia
386 11 de agosto, a etapa regional e territorial será até o dia 15 de setembro e a etapa estadual e distrital
387 será até o dia 29 de setembro, a etapa nacional será nos dias 26 a 29 de setembro, provavelmente em
388 Brasília. Um participante informa que a Secretaria Executiva passou no início do ano um calendário
389 com todas as Conferências de 2013 para todos os Conselheiros pudessem se programar e participar,
390 e explica que vão aguardar a informação completa do MinC para deliberarem através do *e-mail*,
391 para encaminharem as indicações. Uma Conselheira acrescenta a informação que a 18ª reunião do
392 Conselho está marcada para os dias 28 e 29 de novembro e o Coordenador segue para o informe de
393 um convidado. O Sr. Júlio Andrés Amaro (Presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos-
394 Vitória/ES) cumprimenta a todos e justifica a sua ausência na Ausência Pública de quarta-feira.
395 Informa que foi aprovada uma Lei municipal que proíbe o uso de nome social nas escolas públicas e
396 privadas do município de Vitória e que fizeram um conjunto de ações para tentar revogar a lei. Foi
397 elaborada uma Nota bem detalhada assinada pelo Conselho Municipal de Educação e enviada para a

398 Prefeitura e para a Câmara solicitando a uma liminar de suspensão da Lei, que não foi respondida e
399 nem atendida. Solicita o apoio dos Conselheiros para cobrar das autoridades, tanto do Prefeito
400 municipal, quanto da Câmara Municipal, uma atitude urgente para reverter a situação. O
401 Coordenador solicita que o Sr. Júlio Andrés Amaro envie a Nota para o seu *e-mail*, para fazer um
402 ofício para o Conselho Nacional de Educação informando a situação em Vitória. Um Conselheiro
403 entende que seria melhor solicitar a Comissão da Diversidade Homoafetiva da OAB ou o Conselho
404 Regional de Serviço Social para ingressar com a ADIN no tribunal de Justiça com o pedido de
405 liminar. O Presidente discorre que a Sra. Samanta lembrou que no dia da Audiência Pública, o Dr.
406 Josemar do Ministério Público Estadual disse que já havia ingressado com o pedido de ADIN e que
407 independente disso, vão noticiar o fato com o Conselho Nacional de Educação. Seguindo com a
408 pauta, o Sr. Vinicius Alves faz a leitura da Nota sobre a Portaria do Processo Transexualizador e a
409 Sra. Lurdinha explana que a Nota precisa marcar algo, precisa definir qual será a proposta melhor
410 para esse momento. A Sra. Meire Lúcia elucida que defende que o Conselho manifestasse a sua
411 preocupação com relação a suspensão e exigir a republicação imediata com os protocolos. A Sra.
412 Kátia Souto sugere retirar o termo “hormonoterapia”, porque a hormonoterapia é um artigo da
413 Portaria do Processo Transexualizador e exigirá um protocolo específico e também sugere alterar
414 “cidadãos e cidadãs” por “travestis e homens e mulheres Trans”. Uma Conselheira compreende que
415 é importante manter travestis e homens e mulheres Trans, porque a Portaria se refere a essas
416 identidades e sugere optar por indignação ou por insatisfação com relação a Nota. O Sr. Léo
417 Mendes intui que a Nota deve manter o meio termo, entre o que é governamental e o interesse da
418 sociedade civil e sugere que palavra correta seria preocupação. A Sra. Lurdinha arrazoia que não é
419 uma questão de governo, é uma questão de expressar exatamente qual é o sentimento no momento e
420 a Sra. Kátia Souto entende que é importante para o movimento social expressar a sua insatisfação e
421 sugere externar a preocupação com recente suspensão da Portaria do Ministério da Saúde, e
422 insatisfação das representações do movimento social do Conselho. O Sr. Vinicius Alves pondera
423 que entende a preocupação da Sra. Kátia Souto, mas compreende que é muito ruim em uma Nota,
424 que é uma opinião coletiva, separar as opiniões publicamente. O Sr. Márcio articula que entende o
425 posicionamento das representações do governo, mas solicita que os mesmos olhem para a sociedade
426 civil e analise o quanto a mesma está repudiando essa atitude. Mas relata que abrirá mão dessas
427 palavras para usar a palavra insatisfação, que foi uma indicação do governo. A Sra. Rosilaine
428 concorda com a posição da Sra. Lurdinha e também da Sra. Meire Lúcia e deixa claro que enquanto

429 movimento social, entende a preocupação do governo e que a proposta da Sra. Kátia Souto lhe
430 contempla. A Sra. Janaína Oliveira discorre que com a posição do Sr. Vinicius Alves de retirar para
431 a terceira proposta e como a Sra. Kátia Souto logo no início do debate já havia externado uma
432 proposta de texto, que inclui o termo “insatisfação e preocupação”, entende que devem avançar,
433 pois precisam fazer outros encaminhamentos. A Sra. Kátia Souto afirma que não quer ferir a
434 autonomia dos movimentos sociais e que ser for difícil para os membros pode ser votado sem
435 problema. Os Conselheiros debatem sobre as palavras e o Mediador solicita que todos os
436 Conselheiros atendem as linhas gerais deixadas pela companheira Keila Simpson que representa as
437 Trans no Conselho. Após várias discussões, uma Conselheira ressalta que está preocupada com a
438 questão de ter duas expressões de método na Nota, pois a Nota é do Conselho e retira a sua sugestão
439 da Nota externar a preocupação com a recente suspensão da Portaria. O Mediador coloca em
440 votação as quatro posições, a primeira de manter o texto original, a segunda de externar a
441 insatisfação, a terceira inserir a palavra preocupação e a quarta a proposta da ABGLT, nem
442 preocupação e nem insatisfação. Uma Conselheira destaca que fica bastante preocupada de estarem
443 nesse espaço paritário, em que a sociedade civil não pode manifestar as suas ideias, do ponto de
444 vista crítico. O Coordenador discorre que estão em processo de votação e que não significa nenhum
445 constrangimento debater propostas e ideias e coloca em votação as sugestões. Com 11 votos a favor
446 a palavra preocupação é aprovada. O Mediador segue para os informes da coordenação e articula
447 que contrataram pela coordenação LGBT seis consultores para trabalhar no Sistema Nacional
448 LGBT em cinco regiões. Informa que vão avisar os Conselheiros das visitas dos consultores nos
449 seus Estados para que ajudem no processo de levantamento de dados e para conversar com as
450 autoridades locais a respeito da implantação do Sistema Nacional LGBT. Lembra que a reunião que
451 tiveram no Conselho com o Ministério das Relações Exteriores foi retirado uma Comissão para ir a
452 Genebra para participar da votação da Resolução sobre pessoas LGBT, no Conselho de Direitos
453 Humanos da ONU no dia 13 de setembro. Comunica que o Conselho foi convidado e um
454 representante do governo para participarem de uma oficina na República da Geórgia, a respeito de
455 violência contra a população LGBT custeada pela ONU e que estão construindo e apresentarão na
456 próxima reunião do Conselho um painel de indicadores sobre a questão LGBT em todos os Estados.
457 Notifica que a Coordenação LGBT visitou Curitiba para acompanhar os militantes LGBT que estão
458 sofrendo ameaça de morte e que conversaram com a Polícia Civil do Estado e com a Secretaria de
459 Direitos Humanos do Estado para solicitar prioridade nas investigações das ameaças. Solicita

460 auxílio dos Conselheiros para criar uma Comissão para fazer a construção do Seminário de Jovens
461 LGBT que está sendo construído em parceria com Conselho Nacional de Juventude. Os
462 Conselheiros deixam sobre a responsabilidade do Sr. Vinicius Alves, Daniel e da Sra. Janaína para
463 iniciar os trabalhos de construção, junto com os Conselheiros da CONJUV. O Presidente explana
464 que a questão das Câmaras Técnicas será encaminhada as deliberações por *e-mail* e solicita que os
465 Conselheiros encaminhem os relatórios até terça-feira para a Secretaria Executiva. Seguem para
466 leitura da moção de louvor a Presidenta Dilma pela sanção do PLC 03/2013, que é aprovada. Um
467 Conselheiro articula que enviará a questão da Rússia e a Moção de Apoio do Mais Médicos por *e-*
468 *mail* para a Sra. Samanta. O Coordenador solicita que na próxima reunião seja dado o informe a
469 respeito do Projeto de Lei que foi passado como tarefa e não foi feito. **ENCERRAMENTO:** O
470 Mediador agradece a presença de todos e encerra a reunião.

471

472

473

474

475

Gustavo

476

Presidente do Conselho

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

Vitória – Espírito Santo

490

Agosto de 2013.